Como Avaliámos o DLBC?

Paulo Feliciano, 30 de 0utubro de 2026

Os objetivos da avaliação

O exercício de avaliação distinguiu como principais objetivos:

- O foco no processo de **operacionalização**
- Avaliar a pertinência, relevância e foco dos IT e a eficácia e eficiência dos mecanismos de **governação multinível**
- Identificar dimensões operacionais que carecem de ajustamento

Com necessidade de adaptação às circunstâncias: o calendário e a amplitude do objeto não favoreceram a resposta ao ajustamento *ongoing*.

Análise abrangente e suportada em informação, mas … não estamos seguros de ter tido capacidade para utilizar de forma plena toda a informação recolhida.

Revisitando alguns dos principais atributos da geração de IT

1. O **aprofundamento da abordagem multinível** na governação dos fundos
2. Com reforço da estratégia de **financiamento plurifundos**
3. Um modelo de delegação de competências com **diferentes formas de contratualização de responsabilidades**
4. A tentativa de reforço da aposta num modelo **concorrencial** e no **planeamento**
5. Incluindo a valorização da ótica intermunicipal e, talvez sobretudo, da eficácia

E … a expetativa de **reforço da territorialização** das políticas (“especificidades e graus de desenvolvimento”) … com um **contexto particular de partida,** ganhos moderados e, sobretudo, diferenciados em função dos instrumentos e dos objetivos.

A nossa visão: da estratégia à ação

- Envolvimento da parceria na conceção da EDL
- Estratégias condicionadas às PI/TO pré-definidas, com pouca margem para ajustamento às necessidades e especificidades do território
- Da estratégia ao Plano de Ação: um salto essencial
- Insuficiência do financiamento das EDL, face às prioridades dos DLBC
- …. Abordagem *bottom-up* fortemente condicionada: o modelo de governação e de gestão

A nossa visão: o modelo de governação

- A territorialização das políticas públicas é amplamente devedora da Política de Coesão. Os IT no âmbito do PT2020 reforçaram esse contributo com dificuldades e ganhos diferenciados:

  No caso dos DLBC de forma menos conseguida na institucionalização do modelo, **em razão de uma autonomia mais comprometida e ambiguidade de papéis.**

- Dinâmica diferenciada influenciada pela experiência e pela matriz administrativa do Estado e de descentralização de competências: melhor no *top-down* do que no *bottom-up*.

- Distinção entre a delegação que tem por base a relação tradicional com os fundos via PDR e a que suporta o alargamento da base de financiamento por via dos POR (baixa capacidade de decisão) .

Logo:

- Uma maior institucionalização do nível local/abordagem *bottom-up* precisa de ser apoiada mais em competências de planeamento e proposta ao invés de competências de gestão (88% CP).

A nossa visão: a estratégia de programação e o modelo concorrencial

- A concorrência existe pela possibilidade da **diferença**: de proposta e de resultado. O processo demorou sem ganho. Propor, avaliar, descriminar.
- A Estratégia enquadra-as, mas estas não ajudam a definir o **Plano**. A Estratégia é uma visão o nexo com a programação **exige planeamento**. A articulação dos objetivos com a estratégia pode ser mais intencional.
- As CIM do **litoral e de territórios mais desenvolvidos** são as que menos resposta encontram nas PI propostas (coesão vs competitividade? O caso das AM).
- A **complementaridade do financiamento** é evidenciada.
- Alguns indicadores são inadequados e a monitorização pode ser robustecida.

A nossa visão: considerações finais e proposta

1. Prioridades para que estratégias? Territoriais, com suficiente grau de integração e impacto. Com planos para a ação.

2. Que modelo de governação: com poder de decisão e burocracia? com poder de contratualização e confiança … também no controlo?

3. Preservar os ganhos de autonomia do nível local na decisão e restaurar o protagonismo dos GAL na função de dinamização e planeamento (desconcentrar a gestão ou descentralizar a estratégia?) A gestão dos avisos.

4. Simplificar procedimentos e agilizar a execução (custos simplificados; com base em resultados): Clarificar o espaço de decisão e responsabilizar

5. Capacitar: para gerir, mas, também, para planear programar (o ecossistema)

6. Os desafios dos territórios urbanos … desde logo nos instrumentos, mas também no tecido institucional.

… em síntese, preservar o VAE da abordagem LEADER.

Muito obrigado

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA